

ISA INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES DO BRASIL S.A.

CNPJ Nº 26.896.959/0001-40



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO SOCIAL 2023

Senhores Acionistas, A Administração da ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

1. PERFIL DA COMPANHIA

A ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A. ("ISA Investimentos" ou "Companhia") é uma companhia holding nacional, de direito privado, constituída sob a forma de sociedade limitada em 10 de janeiro de 2017 e transformada em sociedade anônima em 27 de abril de 2017. O objeto social da ISA Investimentos compreende a participação, como sócia ou acionista, em outras sociedades, simples ou empresariais, e em consórcios e empreendimentos comerciais de qualquer natureza. A Companhia tem como acionistas a Interconexão Elétrica S.A. E.S.P. ("ISA"), com participação de 99,9% do capital social, e a ISA Capital do Brasil S.A. ("ISA Capital") com 0,1%. Em 2 de junho de 2017, a ISA Investimentos recebeu o aporte de capital deliberado por seus acionistas na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 25 de maio de 2017, e desta forma, seu capital social integralizado passou a ser de R\$695,7 milhões representado por 695.700.000 ações ordinárias, sendo R\$695 milhões pertencente à acionista ISA e R\$700 mil pertencente à ISA Capital. Posteriormente, em Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 13 de abril de 2018, os acionistas aprovaram o aumento do capital social, sem emissão de ações, mediante capitalização do dividendo obrigatório no montante R\$101 mil, passando o capital de R\$695,7 milhões para R\$695,8 milhões. A ISA

Investimentos foi constituída com o objetivo inicial de adquirir as 153.775.790 ações ordinárias de emissão da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("TAESA"), alienadas pelo Fundos FIP Coliseu e FIA Taurus, em 27 de dezembro de 2016, conforme Contrato de Compra e Venda de Ações, celebrado entre as partes, naquela data. Em 9 de fevereiro de 2017, a ISA Investimentos aderiu ao Contrato de substituição à ISA e assumiu todos os direitos e obrigações. Em 13 de junho de 2017, ocorreu a liquidação financeira do referido Contrato de Compra e Venda de Ações, ocasião em que a ISA Investimentos passou a ser proprietária das 153.775.790 ações ordinárias de emissão da TAESA, equivalente a 26,03% das ações ordinárias e 14,88% do capital social total daquela Entidade. Pela aquisição das ações, a ISA Investimentos pagou à vista a importância de R\$1,019 bilhão, sendo parte dos recursos proveniente de capital próprio e parte por financiamento (debêntures). Ainda em 13 de junho de 2017, a ISA Investimentos aderiu ao Acordo de Acionistas da TAESA, que prevê o controle em conjunto daquela Companhia com a Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG). As debêntures que foram depositadas para distribuição pública por meio da MDA (Módulo de Distribuição de Ativos), administrado e operacionalizado na época pela CETIP (Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos), e atualmente denominada pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476, sob regime de garantia firme de subscrição, e em 9 de junho de 2017 foram totalmente adquiridas pelo Banco Bradesco BBI S.A. Em 30 de dezembro 2021 a Companhia liquidou o saldo devedor da dívida com a antecipação da amortização do principal e juros. Para isso, a Companhia desembolsou, no exercício de 2021, a importância de R\$108,3 milhões encerrando o exercício social sem saldo a pagar.

2. RECEBIMENTO DE PROVENTOS DA INVESTIDA

A ISA Investimentos, durante o exercício de 2023, reconheceu a título de resultado de equivalência patrimonial a importância de R\$192,6 milhões, e reconheceu proventos, a título de dividendos intermediários que somam a importância de R\$87,4 milhões e juros sobre capital próprio no montante de R\$62 milhões.

3. DISTRIBUIÇÃO DE PROVENTOS

Os recursos recebidos da investida TAESA em 2023 permitiram à Companhia remunerar seus acionistas com a antecipação de distribuição de proventos referente ao exercício de 2023 no montante de R\$144 milhões, sendo R\$87,7 milhões na forma de dividendos e R\$56,3 milhões correspondentes a juros sobre capital próprio.

4. AUDITORES INDEPENDENTES

Com respeito à prestação de serviços relacionados à auditoria externa, a ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A., informa que a Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda. prestou apenas serviços relacionados à auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Ativo	Nota	2023	2022	Passivo Circulante	Nota	2023	2022
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5.2	7.306	7.202	Fornecedores	7.2	35	14
Tributos e contribuições a compensar	7.1	946	4.654	Tributos e encargos sociais a recolher		10	4.155
Dividendos a receber	6.4	33.925	9.356	Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar		115	48
		42.177	21.212	Partes relacionadas		102	48
						262	4.265
Não circulante				Patrimônio líquido			
Investimentos	6.3	1.219.335	1.233.550	Capital social	8.1	695.801	695.801
		1.219.335	1.233.550	Reservas de lucros	8.3	572.660	554.020
				Outros resultados abrangentes	8.4	(7.211)	676
						1.261.250	1.250.497
Total do ativo		1.261.512	1.254.762	Total do passivo e patrimônio líquido		1.261.512	1.254.762

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Em 31 de dezembro de 2021	Nota	Reservas de Lucros			Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total do patrimônio líquido
		Reserva legal	Retenção de lucros	Reserva especial			
Outros resultados abrangentes na investida	8.4	—	—	—	—	(2.668)	(2.668)
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	198.750	—	198.750
Destinação do lucro:							
Constituição de reserva legal	8.3	—	9.937	—	(9.937)	—	—
Constituição de reserva especial	8.3	—	—	19.238	(19.238)	—	—
Constituição da reserva de retenção de lucros	8.3	—	—	—	—	—	—
Juros sobre capital próprio	8.2.2	—	—	—	(58.000)	—	(58.000)
Dividendos intermediários	8.2.2	—	(73.675)	—	(43.175)	—	(116.850)
Dividendos adicionais propostos	8.2.2	—	—	—	(68.400)	—	(68.400)
Em 31 de dezembro de 2022		695.801	49.771	246.218	258.031	676	1.250.497
Outros resultados abrangentes na investida	8.4	—	—	—	—	(7.887)	(7.887)
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	162.640	—	162.640
Destinação do lucro:							
Constituição de reserva legal	8.3	—	8.132	—	(8.132)	—	—
Constituição de reserva especial	8.3	—	—	—	—	—	—
Constituição da reserva de retenção de lucros	8.3	—	—	10.508	(10.508)	—	—
Juros sobre capital próprio	8.2.2	—	—	—	(56.300)	—	(56.300)
Dividendos intermediários	8.2.2	—	—	—	(87.700)	—	(87.700)
Em 31 de dezembro de 2023		695.801	57.903	256.726	258.031	(7.211)	1.261.250

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1 Objeto social
A ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A. ("ISA Investimentos" ou "Companhia") é uma companhia holding nacional, de direito privado, constituída sob a forma de sociedade limitada em 10 de janeiro de 2017 e transformada em sociedade anônima em 27 de abril de 2017. O objeto social da ISA Investimentos compreende a participação, como sócia ou acionista, em outras sociedades, simples ou empresariais, e em consórcios e empreendimentos comerciais de qualquer natureza. A Companhia tem como acionistas a Interconexão Elétrica S.A. E.S.P. ("ISA"), com participação de 99,9% do capital social, e a ISA Capital do Brasil S.A. ("ISA Capital") com 0,1%. Em 2 de junho de 2017, a ISA Investimentos recebeu o aporte de capital deliberado por seus acionistas na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de maio de 2017 e passou o seu Capital Social integralizado para R\$695.700 representado por 695.700.000 ações ordinárias, sendo R\$695.000 da acionista ISA e R\$700 mil da ISA Capital. Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 13 de abril de 2018, os acionistas aprovaram o aumento do capital social, sem emissão de ações, mediante capitalização do dividendo obrigatório no montante de R\$101, passando o capital de R\$695,700 para R\$695,801. A ISA Investimentos foi constituída com o objetivo inicial de adquirir as 153.775.790 ações ordinárias de emissão da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("TAESA") alienadas pelos Fundos FIP Coliseu e FIA Taurus, em 27 de dezembro de 2016, conforme Contrato de Compra e Venda de Ações celebrado entre as partes naquela data. Em 9 de fevereiro de 2017 a ISA Investimentos aderiu ao Contrato de substituição à ISA e assumiu todos os direitos e obrigações. Em 13 de junho de 2017 ocorreu a liquidação financeira do referido Contrato de Compra e Venda de Ações, ocasião em que a ISA Investimentos passou a ser proprietária das 153.775.790 ações ordinárias de emissão da TAESA, que equivale a 26,03% do total das ações ordinárias e 14,88% do capital social total daquela Sociedade. Pela totalidade das ações a ISA Investimentos pagou à vista a importância de R\$1,019 bilhão, sendo parte dos recursos proveniente de capital próprio e parte por financiamento (debêntures). Ainda em 13 de junho de 2017, a ISA Investimentos aderiu ao Acordo de Acionistas da TAESA, que prevê o controle em conjunto daquela Companhia com a Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG). Em 17 de fevereiro de 2020, a ISA Investimentos subscreveu e integralizou dez ações de emissão da ISA Capital do Brasil S.A., no valor total de R\$50,0 (cinquenta reais). Em 30 de dezembro 2021 a Companhia liquidou o saldo devedor do financiamento (debêntures) com a antecipação da amortização do principal e juros. Para isso, a Companhia desembolsou, no exercício de 2021, a importância de R\$108,3 milhões encerrando o exercício social sem saldo a pagar. A Administração avaliou a capacidade da Companhia e entende que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Essas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Bases de elaboração e apresentação
As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A Companhia possui, como outros resultados abrangentes, provenientes por efeito de equivalência na investida, instrumentos financeiros de hedge de fluxo de caixa registrados na rubrica de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido da TAESA em 31 de dezembro de 2023. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos. Em 19 de abril de 2024, as demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração.

2.2 Declaração de relevância

A Administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OPCP 7 (R1) e Deliberação CVM nº 189/23, com a finalidade de divulgar principalmente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes devam ser atendidos. Além disso, a Administração afirma a evidência que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia, assim como sua investida atuam ("moeda funcional").

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos e atuariais, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas. Esses julgamentos, estimativas e premissas são revisitos aos menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

2.4.1. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorariam a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. O teste de redução ao valor recuperável da Mais-Valia do investimento da Companhia não é aplicável, uma vez que foi registrada com base nos contratos de concessão com prazo de vida útil da TAESA, conforme laudo de PPA na época, e justamente por ser amortizada mensalmente de acordo com o ICPC 09 (R2), por isso não necessita de cálculo de impairment. A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual o ágio esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não há indícios de perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, que se referem basicamente ao montante de Mais-Valia (nota 6).

2.4.2. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Quando aplicável, a Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não existem ações com prognóstico de perda provável e possível.

2.5 Controle em conjunto

A Companhia possui controle, em conjunto com a CEMIG, da investida TAESA, sem o poder de controlar individualmente as políticas financeiras e operacionais da entidade. O resultado da investida é reconhecido pelo método de equivalência patrimonial, conforme CPCs 18 (R2), 19 (R2) e 36 (R3). A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, a participação na investida TAESA é de 14,8792%.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis, correspondentes a políticas contábeis materiais, usadas na preparação dessas demonstrações estão apresentadas e resumidas nas respectivas notas explicativas e foram aplicadas de modo consistente em nos exercícios.

3.1 Demonstração dos Fluxos de Caixa ("DFC")

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com a Deliberação CVM nº 641, de 7 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC. A Companhia classifica juros pagos de empréstimos, debêntures e arrendamentos como atividades de financiamento e dividendos recebidos como atividade de investimento, pois entende que são custos de obtenção de recursos financeiros ou retornos sobre investimentos, respectivamente.

4. NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS:

4.1 Revisadas e vigentes:

Norma	Alteração	Correlação IFRS/IAS	Vigência a partir de
CPC 50 - Contratos de Seguros	Nova norma	IFRS 17	01.01.2023
OCPC 07 (R1) - Evidenciação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral	Divulgação de políticas contábeis	IAS 1	01.01.2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição de estimativas contábeis	IAS 8	01.01.2023
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Declaração de Prática 2 - Fazendo Julgamentos de Materialidade	IAS 1	01.01.2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro	Reforma tributária internacional - regras do modelo do pilar dois	IAS 12	01.01.2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro	Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única ("single transaction")	IAS 12	01.01.2023

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

4.2 Revisadas e não vigentes:

Norma	Alteração	Correlação IFRS/IAS	Vigência a partir de
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua controlada ou joint venture	IFRS 10	Não definida
CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Ativo de contrato de compra e venda e retroarrendamento	IAS 28	definida
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes	IAS 1	(*)
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Apresentação das demonstrações financeiras - Passivo Não Circulante com covenants	IAS 1	(*)
CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento)	IFRS 16	(**)
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	Acordos de Financiamento de Fornecedores	IAS 7	(*)
CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação		IFRS 7	(*)

(*) As alterações, que contêm medidas de transição específicas para o primeiro período anual no qual a entidade aplica as alterações, são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada. (**) As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada. Se o vendedor-arrendatário aplicar as alterações para um período anterior, ele deve divulgar esse fato. A Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos destacados acima.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

5.1 Prática contábil

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo. Para que um investimento de curto prazo seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, de três meses ou menos, a contar da data da aquisição. Os equivalentes de caixa estão mensurados ao valor justo por meio do resultado e possuem liquidez diária, e estão representados por títulos emitidos pelos bancos, sendo eles: Certificado de Crédito Bancário (CDB) modalidade com taxas atreladas a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5.2 Composição

Bancos	% do CDI	2023	2022
Equivalentes de Caixa	—	180	111
CDB	101,3%	7.126	7.091
Caixa e Equivalentes de Caixa		7.306	7.202

6. INVESTIMENTOS

6.1 Prática contábil

Os investimentos em controladas diretas e indiretas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais ("Controladora"), e consolidadas integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. Já os investimentos controlados em conjunto são avaliados pelo método de equivalência patrimonial tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto consolidadas. As variações ocorridas em outros resultados abrangentes nessas controladas em conjunto, se houver, são reconhecidos como outros resultados abrangentes na Controladora.

6.2 Informações da controlada em conjunto - TAESA

	2023	2022
Ativo Circulante	2.891.758	2.133.972
Caixa e equivalentes de caixa	1.143.637	759.706
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	221.191	131.207
Ativo de contrato da concessão	996.485	828.059
Outros ativos	530.445	415.000
Ativo não circulante	14.235.318	13.398.316
Títulos e valores mobiliários	6.233	5.508
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	37.400	27.181
Ativo da concessão	6.213.715	4.521.653
Investimentos	7.506.246	8.049.262
Outros ativos não circulantes	472.404	794.712
Total do Ativo	17.127.396	15.532.288
Passivo circulante	1.637.124	880.154
Empréstimos e financiamentos	6.197	6.446
Debêntures	1.122.333	607.452
Dividendos e JCP a Pagar	228.083	62.880
Outros passivos	280.511	203.376
Passivo não circulante	8.810.962	8.044.824
Empréstimos e financiamentos	346.697	372.293
Debêntures	7.124.873	6.100.129
Outros passivos	1.339.392	1.572.402
Total do passivo	10.448.086	8.924.978
Patrimônio líquido	6.679.310	6.607.310
Receita operacional líquida	1.344.719	1.621.383
Custos operacionais	(220.861)	(199.111)
Recursos (despesas) operacionais	(154.326)	(173.962)
Resultado de equivalência patrimonial	1.180.551	998.370
Resultado financeiro	(835.884)	(1.048.170)
Imposto de renda e contribuição social	53.627	322.268
Lucro líquido	1.367.834	1.522.878
Número de ações (quantidade) na data do Balanço		



ISA INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES DO BRASIL S.A.

CNPJ N° 26.896.959/0001-40



→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

8.3 Reservas e retenção de lucros

	2023	2022
Reserva legal (i)	57.903	49.771
Reserva de retenção de lucros (ii)	256.726	246.218
Reserva especial (iii)	258.031	258.031
	572.660	554.020

(i) Reserva legal

Constituída em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social.

(ii) Reserva de retenção de lucros

Nessa conta poderá ser alocada a parcela do lucro líquido do exercício que remanescer após sua destinação.

(iii) Reserva especial

Constituída em decorrência da investida TAESA ter alocado parte do lucro líquido do exercício em reserva especial de lucros.

8.4 Outros resultados abrangentes (ORA)

Em 2023, a Companhia registrou nessa conta, por meio de equivalência patrimonial, o montante líquido negativo de R\$7.887 (em 2022 valor líquido negativo de R\$2.668). A investida TAESA reconheceu como resultados abrangentes as variações do valor justo dos instrumentos financeiros designados como hedge de fluxo de caixa.

9. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2023	2022
Serviços	(309)	(421)
Despesas - Partes relacionadas (*) (nota 12)	(157)	(93)
Outros	(49)	(43)
	(515)	(557)

(*) Despesas referente a prestação de serviços pela ISA Capital do Brasil S.A. por meio de contrato de prestação de serviços, abrangendo serviços de escrituração contábil e fiscal, entre outros.

10. RESULTADO FINANCEIRO

	2023	2022
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	1.615	1.391
Juros SELIC IR a recuperar	52	198
	1.667	1.589

Despesas financeiras

PIS e COFINS sobre receita financeira e JSCP	(5.736)	(2.790)
Outros	(79)	(76)
	(5.815)	(2.866)
	(4.148)	(1.277)

Resultado financeiro

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

11.1 Prática contábil

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são provisionados mensalmente, obedecendo ao regime de competência e os resultados são oferecidos à tributação conforme previsto na Lei 12.973/14. A Companhia adota o regime de lucro real trimestral, porém, o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são provisionados mensalmente, obedecendo ao regime de competência e apurados, conforme previsto na Lei 12.973/14.

11.2 Conciliação da alíquota efetiva

A conciliação da despesa ou crédito de imposto de renda e contribuição social do exercício com o lucro contábil é a seguinte:

	2023	2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	162.971	199.830
Alíquotas nominais vigentes	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(55.410)	(67.942)
Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças permanentes		
Juros sobre capital próprio recebido ou a receber	(21.082)	(20.476)

DIRETORIA

Marcela Britto Correa Figueiró
Diretora-Presidente

Renata de Araújo Weber
Diretora-Financeira

Gabriel Jaime Melguizo Posada
Presidente

Daniel Isaza Bonnet
Conselheiro

Paula Andrea Marín Gutiérrez
Conselheira

Jhenifer Bittencourt Cardoso Mariann
CRC SC-029044/O-0

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CONTADORA

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas e Administradores da
ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou,

Amortização da Mais-Valia
Equivalência patrimonial
Juros sobre capital próprio pago ou a pagar
Outros
Imposto de renda e contribuição social efetiva
Imposto de renda e contribuição social
Corrente

2023	2022
(8.476)	(8.476)
65.471	77.041
19.142	19.720
24	(947)
(331)	(1.080)
(331)	(1.080)
(331)	(1.080)
0,20%	0,54%

Alíquota efetiva

12. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A transação com partes relacionadas no exercício refere-se à prestação de serviços pela ISA Capital do Brasil S.A. por meio de contrato de prestação de serviços, abrangendo serviços de escrituração contábil e fiscal, entre outros. Durante o ano de 2023, o gasto correspondente foi no montante de R\$157 (R\$93 em 2022), registrado na rubrica Despesas Gerais e Administrativas (nota 9). Essas operações são realizadas em condições específicas negociadas contratualmente entre as partes e não ocorreram transações avaliadas como atípicas e fora do curso normal dos negócios. A Companhia também registrou dividendos a receber conforme divulgado na rubrica de Dividendos a pagar, no montante de R\$33.925 da investida TAESA, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

13.1 Prática contábil

A Companhia aplica os requerimentos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, relativos a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável.

13.1.1 Ativos financeiros

13.1.1.1 Classificação e mensuração

Conforme o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas:

- Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado: Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

- Custo Amortizado: Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: Os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes compreendem ativos financeiros cujos fluxos de caixa contratuais resultam somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda.

13.1.1.2 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)

Conforme CPC 48 o modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

13.1.1.3 Baixa de ativos financeiros

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos

de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

13.1.2 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

13.1.3 Identificação dos principais instrumentos financeiros

	Nível	2023	2022
Ativos financeiros			
Valor justo por meio do resultado			
Bancos	1	180	111
Equivalentes de caixa (CDB)	2	7.126	7.091
Custo amortizado			
Dividendos a receber	-	33.925	9.356
Passivos financeiros			
Custo amortizado			
Fornecedores	-	35	14
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	-	115	48
Partes relacionadas	-	102	48

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros como requerido pelo CPC 46 - Mensuração do Valor Justo:

Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e
Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não utilizou informação de nível 3 para mensurar o valor justo de qualquer ativo ou passivo.

13.2 Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados:

(i) **Risco de liquidez** - O fluxo de caixa para o compromisso de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio é proveniente dos proventos recebidos da investida TAESA.
(ii) **Risco de captação** - Para minimizar o risco de captação de recursos, em uma eventual redução dos proventos recebidos da investida, a Companhia monitora permanentemente suas obrigações, avaliando a necessidade de captar empréstimos e ou novos financiamentos.

14. SEGUROS

Em 2023, a modalidade de cobertura de seguros contratada, considerada suficiente pela Companhia para cobrir eventuais sinistros foi a de responsabilidade civil dos administradores "D&O" (*Directors and Officers Liability*), com vigência de 27 de fevereiro de 2023 a 27 de fevereiro de 2024, importância segura no montante de R\$100.000. As premissas adotadas para a contratação dos seguros, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria. Consequentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

15. TRANSAÇÃO QUE NÃO ENVOLVE CAIXA OU EQUIVALENTES DE CAIXA

	2023	2022
Juros sobre o capital próprio/Dividendos a pagar	115	48
Juros sobre o capital próprio/Dividendos a receber	33.925	9.356
Impostos retidos sobre juros sobre capital próprio	9.301	8.700

de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude

é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19 de abril de 2024

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O
Adilvo França Junior
Contador - CRC-1BA021419/O

